

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## ORDEM DO DIA Nº 032/2016 SESSÃO ORDINÁRIA 26/09/2016

1 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 068/2016 - JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU** - Institui o Serviço de Assistência Religiosa no Município de Rio Claro e dá outras providências. Processo nº 14625.

2 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 080/2016 - JOÃO LUIZ ZAINÉ** - Revoga a Lei 4.983, de 29 de junho de 2016. Parecer Jurídico nº 080/2016 - pela legalidade. Parecer da Comissão Conjunta - pela aprovação. Processo nº 14641.

+++++

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 068/2016

PROCESSO Nº 14625

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,  
delibera o seguinte

## PROJETO DE LEI

(Institui o Serviço de Assistência Religiosa no Município de Rio Claro e dá outras providências).

Artigo 1º - Fica instituído o Serviço de Assistência Religiosa (Capelania) no Município de Rio Claro.

Artigo 2º - Este serviço funcionará:

I - Em tempo de paz: nas Organizações Governamentais, públicas educacionais, eclesiásticas, civis e militares em todo o município;

II - Em tempo de guerra: na forma disposta na legislação federal.

Artigo 3º - Esta Lei tem por finalidade prestar assistência religiosa e espiritual aos cidadãos de Rio Claro, imigrantes, turistas e suas respectivas famílias, bem como atender encargos relacionados com as atividades de educação moral, cívica e de assistência social realizadas no município.

Parágrafo 1º - A assistência religiosa compreende o exercício de religiões, selecionadas proporcionalmente aos números de adeptos, em ambiente de respeito e tolerância pela crença alheia.

Parágrafo 2º - A assistência espiritual busca elevar a moral individual do cidadão e possibilitar o convívio harmônico e fraternal em sua comunidade, buscará desenvolver a determinação, a coragem, o equilíbrio emocional e o espírito de solidariedade.

Parágrafo 3º - O atendimento a encargos na área de educação moral e cívica dar-se a por meio de atividades pastorais de natureza docente, tendo por fim cooperar com a formação moral e ética do cidadão.

Parágrafo 4º - O atendimento a encargos na área da assistência social será prestado a título de auxílio em campanhas direcionadas à promoção do bem estar comum, servidores civis, respectivos familiares e público alvo das ações cívico-social realizadas no município.

Parágrafo 5º - O serviço prestará atendimento pós-desastres e catástrofes naturais e provocadas por acidentes pessoais, industriais e fenômenos em geral.

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Parágrafo 6º - Será facultativo ao Capelão, desenvolvimento de suas atividades nos respectivos locais: repartição pública, escolas, hospitais, ambulatórios, postos de saúde, presídios, cadeias, aeroportos, terminais rodoviários, asilos, creches, orfanatos, eventos públicos e onde mais for requisitado.

Artigo 4º - O serviço de capelania será constituído por capelães: eclesiástico, militares e civis, qualificados e habilitados mediante curso preparatório, entre sacerdotes, ministros religiosos ou pastores, pertencentes a qualquer religião legalmente registrada no País. PORTARIA MINISTERIAL 397/2002 TEM, CBO 2631, desde que não atente contra a disciplina, a moral e as Leis em vigor.

Parágrafo Único - Os capelães voluntários deverão pertencer ao quadro de instalações devidamente regulamentadas e cadastradas no CNPJ.

Artigo 5º - Os capelões prestarão serviços voluntários.

Parágrafo Único - Os capelães deverão portar credencial de identificação no exercício da função.

Artigo 6º - O acesso dos capelães aos diversos postos de assistência obedecerá às disposições da Lei de Defesa dos Direitos Humanos da ONU.

Artigo 7º - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a celebrar acordo de cooperação com entidades representativas das religiões interessadas em colaborar com a consecução dos fins da presente Lei.

Parágrafo 1º - A colaboração referida no caput deste artigo será prestada em caráter voluntário, sem ônus para o município e será considerado serviço público relevante.

Parágrafo 2º - Os prestadores dos serviços decorrentes da celebração do acordo de cooperação ficarão vinculados administrativamente a Chefia do Poder Executivo e pelas respectivas entidades religiosas cooperantes, na forma por estas estabelecidas.

Artigo 8º - A presente Lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo Municipal.

Artigo 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, e revoga as disposições em contrário.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por Unanimidade em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 19/09/2016 –  
Maioria Simples.

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

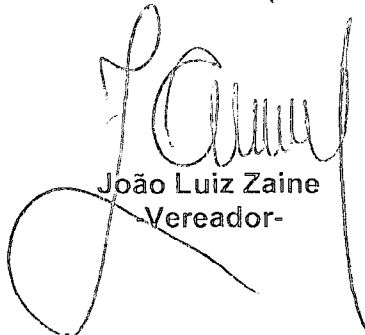
PROJETO DE LEI Nº 000/2016

(Revoga a Lei 4.983, de 29 de junho de 2016.)

Artigo 1º - Fica revogada na íntegra a Lei nº 4983, de 29 de junho de 2016, a qual denomina a Estrada Municipal Rural de "Estrada dos Secadores", no trecho entre a rotatória da Casa Escola (SP 191) na confluência da Estrada Velha Rio Claro/São Pedro.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Rio Claro, 18 de agosto de 2016.

  
João Luiz Zaine  
Vereador-

PARECER JURÍDICO Nº 80/2016 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº  
80/2016 - PROCESSO Nº 14641-628-16.

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 80/2016, de autoria do nobre Vereador João Luiz Zaine, que revoga na íntegra a Lei nº 4983 de 29 de junho de 2016.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é atribuição dos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:

O Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

Não obstante, trata-se de competência do Município suplementar as legislações federal e estadual, no que couber, a teor do artigo 14, inciso I, da LOMRC.

21/10/16  
05

# Câmara Municipal de Rio Claro

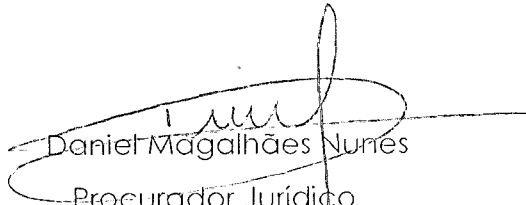
Estado de São Paulo

Por sua vez, a iniciativa dos projetos de leis complementares e ordinárias compete ao Vereador, as Comissões, ao Prefeito e aos cidadãos, nos termos do artigo 44, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.


No caso em apreço, o projeto de lei revoga na íntegra a Lei nº 4983 de 29 de junho de 2016, que denomina a Estrada Municipal Rural de "Estrada dos Secadores", no trecho entre a rotatória da Casa Escola (SP 191) na confluência da Estrada Velha Rio Claro/São Pedro.

Diante do exposto e consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço reveste-se de **legalidade**.

Rio Claro, 15 de setembro de 2016.

  
Daniel Magalhães Nunes  
Procurador Jurídico  
OAB/SP nº 164.437

  
Ricardo Teixeira Penteado  
Procurador Jurídico  
OAB/SP nº 139.624

  
Amanda Gaino Franco Eduardo  
Procuradora Jurídica  
OAB/SP nº 284.357

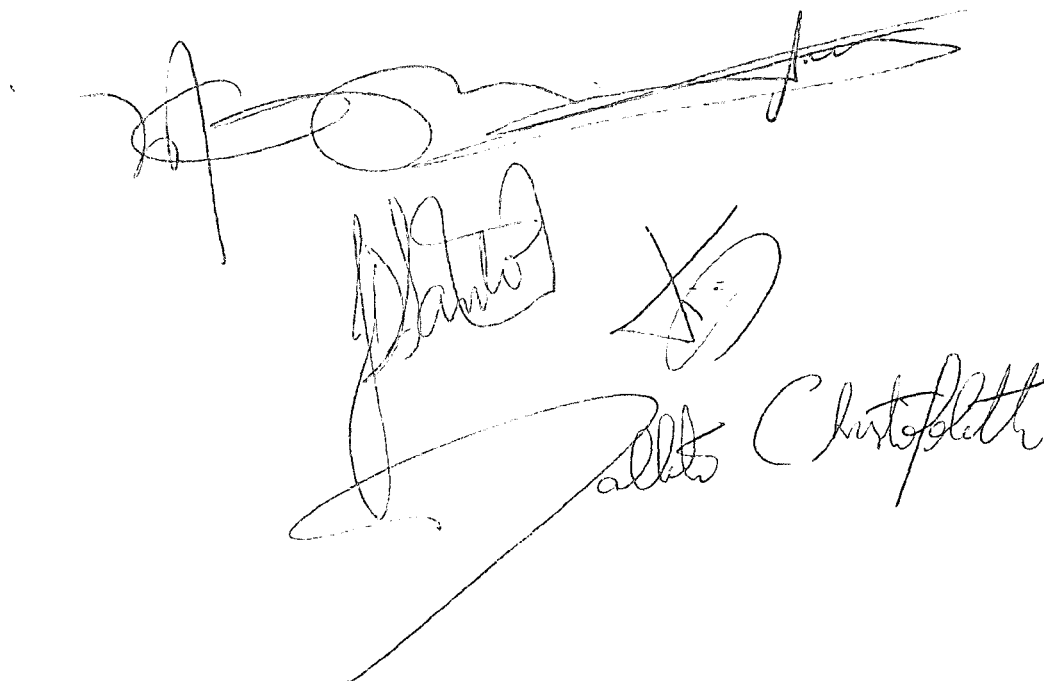
## PARECER COMISSÃO CONJUNTA

### PROJETO DE LEI Nº 080/2016

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador João Luiz Zaine - Revoga a Lei 4.983, de 29 de junho de 2016.

Esta Comissão Conjunta opina pela aprovação da referida matéria.

Rio Claro, 19 de setembro de 2016.

The block contains several handwritten signatures in black ink. At the top, there is a long, horizontal signature that spans most of the width of the block. Below this, there are several other signatures, some of which are more compact and stylized. One signature on the right side appears to be 'Christoph' or similar. The signatures are written in a cursive, flowing style.